Mao's last revolution

Roderik Macfarquhar e Michael Schoenhals The Belknap Press of Harvard Press, Cambridge, Massachussetts, USA, and London, England, 2006, illust., 693 p.

DUARTE PEREIRA*

Entre as revoluções operário-populares do século passado que deram início à construção de formações socialistas, duas se destacam: a Revolução de Outubro de 1917, que transformou a Rússia czarista na União Soviética, e a prolongada luta revolucionária no antigo Império do Meio, que levou à proclamação da República Popular da China em 1949.

A revolução popular chinesa se inspirou no exemplo da insurreição de operários, camponeses e soldados, liderada por Lênin, e contou com a ajuda soviética. Mas não teria triunfado se não se afastasse da cópia dogmática da experiência russa, elaborando, sob a liderança de Mao Zedong, um caminho original, sintetizado nas teorias da nova democracia e da guerra popular prolongada. Após a vitória em 1949, os comunistas chineses, no esforço para re-

cuperar a economia nacional e iniciar a transição socialista, voltaram a inspirarse na experiência russa, mas, ao contrário do que muitos avaliam, nunca se limitaram a transplantá-la mecanicamente. Trataram de elaborar, mais uma vez sob a direção de Mao, formas de transição adaptadas às condições peculiares da China, como na implementação gradativa da reforma agrária e na aliança política e econômica com setores expressivos da burguesia nacional.

Essa procura de um caminho próprio para a construção do socialismo se aprofundou em meados dos anos 1950 pela convergência de três motivos. Em primeiro lugar, crescia a insatisfação interna com o ritmo de crescimento econômico e de melhoria nas condições de vida dos operários e camponeses. Em segundo lugar, os Estados Unidos intensificavam suas investidas imperiais na

^{*} Jornalista.

Ásia, principalmente no Vietnã, e ampliavam o cerco à China. Por último, aumentava a preocupação chinesa com a tendência conciliadora da direção soviética no enfrentamento da escalada norte-americana e também com os sinais de burocratização e aburguesamento observados na vida da grande nação vizinha. A necessidade de preparar-se para os ataques dos Estados Unidos e de evitar que a restauração capitalista, já pressentida na União Soviética e no Leste europeu, se estendesse à China, passou a ser uma obsessão de uma parte dos líderes chineses e em particular de Mao Zedong. Foi nesse contexto que um inusitado movimento político e cultural sacudiu a China entre 1966 e 1976, subvertendo o Partido Comunista e a República Popular e alterando os rumos da construção socialista, até então gradativa e cautelosa.

Essa Revolução Cultural, como ficou conhecida, foi uma iniciativa completamente equivocada de Mao, que somente resultou em perdas para a causa socialista na China e no mundo? Ou, apesar dos erros graves, trouxe também benefícios para os trabalhadores chineses e deixou ensinamentos que precisam ser levados em conta pelos socialistas?

Para responder a essas perguntas, é necessário, antes de mais nada, reconstruir a origem, o desdobramento e o desfecho da Revolução Cultural com rigor e multilateralidade. Quem se dispuser a fazer esse reexame, conta agora com a ajuda de um relato atualizado, documentado e exaustivo: o livro *A úl*-

tima revolução de Mao, do jornalista e historiador britânico Roderick Macfarquhar e do cientista político sueco Michael Schoenhals.

Macfarquhar e Schoenhals são especialistas na história do Partido Comunista da China e trabalharam na pesquisa das causas e do desenvolvimento da Revolução Cultural durante três décadas, tendo publicado estudos parciais sobre o tema, agora consolidados e desenvolvidos na obra abrangente que redigiram a quatro mãos. Fluentes no idioma oficial da China, o mandarim, puderam consultar documentos e relatos inacessíveis à maioria dos pesquisadores ocidentais.

Para seu conhecimento detalhado das turbulências e reviravoltas da Revolução Cultural, contribuíram também as circunstâncias pessoais de que Macfarquhar cobriu aquele período crítico para a BBC de Londres e para periódicos britânicos e Schoenhals estudava na Universidade Fudan, em Xangai, no ano final do movimento. Nas décadas seguintes, ambos retornaram à China para viagens de estudo e Schoenhals desenvolveu o hábito de procurar, em sebos e em feiras populares de livros, documentos e boletins da época e testemunhos autobiográficos de participantes dos acontecimentos. A coleção preciosa que reuniu integra a extensa bibliografia relacionada no final da obra. Enriquecido com fotografias reveladoras e com um índice remissivo cuidadosamente elaborado, o livro oferece ainda um glossário biográfico dos principais políticos e intelectuais chineses envolvidos nos episódios, muito útil para consultas rápidas e para tirar dúvidas.

Macfarquhar e Schoenhals organizaram sua narrativa numa estrutura didática. Abrem com uma introdução, na qual recapitulam a conjuntura em que a Revolução Cultural foi deflagrada, enfatizando as relações entre a União Soviética e a China e o surgimento da nova orientação soviética considerada pela liderança chinesa como "revisionista". Seguem-se, em ordem cronológica, 25 capítulos em que reconstroem as grandes etapas do movimento, adicionando à visão geral, já consolidada entre historiadores chineses e ocidentais, a remontagem pormenorizada de embates decisivos, a elucidação do papel desempenhado pelas personagens mais destacadas e os detalhes enriquecedores de documentos, discursos e cartas. Amarrando as numerosas pontas dessa história acidentada e dolorosa, Macfarquhar e Schoenhals concluem com uma avaliação profundamente negativa.

O aspecto mais positivo do livro de Macfarquhar e Schoenhals é o relato factual, acurado e abrangente. Ainda assim, duas falhas podem ser identificadas. A mais importante é que os autores subestimam as investidas dos Estados Unidos contra a China. O bloqueio diplomático e o embargo comercial, que perduraram até as famosas visitas de Kissinger e Nixon, não são destacados. Também não é dado o peso

necessário ao cerco crescente da China por forças militares dos Estados Unidos, iniciado com a proteção aérea e naval à província rebelde de Taiwan ao leste, ampliado com o aquartelamento de tropas na península coreana ao nordeste, estendido com a agressão ao Vietnã, ao Laos e ao Camboja ao sul, agravado com o estímulo a golpes militares e à implantação de regimes direitistas em países vizinhos ao sudoeste, e reforçado com o apoio ao levante separatista no Tibete ao noroeste, no final dos anos 1950.

As divergências entre a União Soviética e a China, às quais Macfarquhar e Schoenhals dedicam muita atenção, não podem ser separadas dessas pressões imperialistas dos Estados Unidos sobre ambos os países. E, quando as divergências entre os dois partidos se transferiram também para choques entre os dois estados até então aliados, o cerco à China se completou, com a suspensão da ajuda econômica e a concentração de tropas da União Soviética ao norte, o que acabaria levando a combates fronteiriços em 1969 e ao risco de uma invasão até Pequim, à semelhança do que já havia acontecido na Hungria e na Tchecoslováquia. Os próprios Macfarquhar e Schoenhals confirmam que os governos de Washington e Moscou chegaram a discutir a eventualidade de um ataque aéreo às instalações nucleares da China.

Essas ameaças militares, além do perigo que representavam para a soberania chinesa e para a permanência de Mao à frente do Partido Comunista, acentuavam também as dificuldades econômicas do país, obrigando-o a desviar recursos para reforçar a defesa nacional, construir abrigos anti-aéreos, deslocar indústrias costeiras para o centro e o oeste e apoiar a resistência dos povos da Indochina. Nesse grave contexto, as divergências do ministro da Defesa Peng Dehuai com Mao não se limitaram às políticas do Grande Salto à Frente e das Comunas Populares, mas envolveram também a estratégia de segurança da China.

Por não levar em conta essa dimensão crucial, Macfarquhar e Schoenhals não mencionam, em nenhum momento, o artigo de Lin Biao, Viva o triunfo da guerra popular, divulgado em 1965, com a indicação de uma estratégia de defesa baseada na mobilização popular, nem a edição do livrinho vermelho de Citações do presidente Mao Zedong em 1964, preparado como instrumento de unificação das fileiras do Exército Popular e só depois brandido como arma ideológica pelas Guardas Vermelhas de estudantes universitários e secundaristas. Essa modalidade de organização juvenil, aliás, além de ser vista como uma escola para a formação prática de sucessores revolucionários, representava também uma força de reserva do Exército Popular.

As ameaças externas precisam ser acrescentadas às dificuldades econômicas internas e às tendências de aburguesamento de quadros do Partido Comunista e do Estado para que se possa reconstruir, com mais precisão, a conjuntura em que emergiu a Revolução Cultural. Não foi, por acaso, que o confronto ideológico explodiu na apreciação da peça *A demissão de Hai Rui*, que defendia alegoricamente o afastado ministro da Defesa Peng Dehuai.

A outra deficiência do relato é que Macfarquhar e Schoenhals não dedicam a atenção necessária às inovações culturais, tentadas principalmente por Jiang Qing, a última esposa de Mao, nem às mudanças nos métodos de gestão e na divisão e hierarquização do trabalho nas empresas industriais, ensaiadas na época. Preocupados em mostrar que o movimento evoluiu rapidamente para uma violenta disputa pelo poder no Partido Comunista e no Estado, o que é indiscutível, os autores negligenciam os esforços de aprimoramento na superestrutura cultural e na infra-estrutura econômica, que tocaram em pontos essenciais, mesmo que Mao e seus partidários não tenham encontrado as orientações precisas, nem o método correto para implementar essas mudanças.

Essas falhas contribuem para que os autores não percebam que, do ponto de vista dos trabalhadores e da luta pelo socialismo, os resultados do movimento não foram inteiramente negativos. A economia se recuperou da situação enfrentada nos anos críticos de 1960 a 1962, a industrialização rural lançou raízes, houve avanços na defesa do país, as pressões e investidas norte-americanas e soviéticas foram derrotadas, a abertura diplomática teve início, o Partido

Comunista se reconstruiu e o regime popular sobreviveu e se firmou. A agenda da construção socialista também foi enriquecida com questões ainda hoje incontornáveis para o combate à burocratização e à mera socialização jurídica.

Se a China escapou da derrocada sofrida pela União Soviética e pelos países do Leste europeu, inclusive pela Albânia; se a orientação de reforma interna e abertura externa como caminho para viabilizar as modernizações da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia, adotada a partir de 1978, pôde apoiar-se nos quatro pilares da via socialista, do regime democrático popular, da direção do Partido Comunista e das teorias orientadoras do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong; e se foi possível, com base nesses pilares, derrotar duas tentativas de liberalização burguesa após o desfecho da Revolução Cultural, esses avanços não podem ser desvinculados dos aspectos positivos do movimento deflagrado por Mao, apesar de sua essência voluntarista e sectária.

PEREIRA, Duarte. Mao's last revolution. Resenha de: MACFARQUHAR, Roderick; SCHOENHALS, Michael. Cambridge, Massachussetts, USA, and London, England: The Belknap Press of Harvard Press, 2006, 693 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p.188-192.

Palavras-chave: Mao; Revolução; História; Esquerda.